



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PODER EXECUTIVO

MENSAGEM DE LEI COMPLEMENTAR Nº815/2025

RECEBI
DIA 16/12/25
HORA: 13:15

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

Encaminho à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar que altera o artigo 48 da Lei Complementar nº 003/2016, com a finalidade de atualizar e reorganizar a estrutura da Diretoria de Transparência e Combate à Corrupção, adequando-a às necessidades administrativas e operacionais do Município.

A proposta promove a reestruturação do quadro funcional da referida Diretoria, bem como disciplina a forma de provimento dos cargos considerados mistos e estabelece a supervisão técnica da Procuradoria-Geral do Município.

Em atendimento à Recomendação anexa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, foi retirada a acumulação do cargo de Corregedor do Município, medida que se mostra necessária para assegurar a conformidade legal da estrutura administrativa.

Tais ajustes são indispensáveis para garantir maior eficiência, segurança jurídica e funcionalidade na execução das atividades relacionadas à transparência, integridade e controle.

Com a alteração proposta, a Administração Municipal passa a contar com uma estrutura mais versátil, moderna e compatível com as demandas crescentes de acompanhamento, prevenção de irregularidades e atendimento ao cidadão, especialmente no que se refere ao controle social, à ouvidoria e ao acesso à informação.

Importante frisar que não haverá impacto financeiro adicional, uma vez que os valores das Funções Gratificadas permanecem inalterados, tratando-se apenas de reorganização da estrutura já existente.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação e aprovação dos Nobres Vereadores, por se tratar de medida necessária, oportuna e alinhada aos princípios da eficiência, moralidade, transparência e boa gestão pública.

Encaminhe-se à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

Buritis – RO, 12 de dezembro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 019 /2025

“Altera o artigo 48 da Lei Complementar Municipal nº 003/2016 e dá outras providências.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIS, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Buritis aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica alterado o Artigo 48 da Lei Complementar nº 003/2016, incluindo o Cargo de Ouvidor-Geral do Município, retirando a acumulação do referido Cargo da Corregedoria-Geral do Município, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 48 A Diretoria de Transparência e Combate à Corrupção do Município tem por estrutura organizacional básica e setorial:

DIRETORIA DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

CARGO	VAGA	VALOR	F. G	C/C
DIRETOR DA TRANSPARENCIA E COMBATE A CORRUPÇÃO.	01	4.850,00	X	
OUVIDOR GERAL DO MUNICIPIO	01	3.500,00	X	X
ASSESSOR EXECUTIVO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO, INDICADO PELO DIRETOR DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO.	01	4.500,00	X	X
ASSESSOR EXECUTIVO COM A ATRIBUIÇÃO DE AUXILIAR NAS TAREFAS INTERNAS DA DIRETORIA.	01	1.700,00	X	X

§ 1º Os cargos considerados mistos na Diretoria de Transparência e Combate à Corrupção, quando exercidos por cargo efetivo do município, receberão na forma de Função Gratificada de 80% do valor do cargo elencado na estrutura.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PODER EXECUTIVO

§ 2º O cargo de Diretor de Transparência e Combate à Corrupção será exercido por servidor efetivo e estável do Município de Buritis/RO, com formação em nível superior em qualquer área do conhecimento, designado pelo Prefeito Municipal, atuando sob supervisão técnica de Procurador Municipal, nomeado pelo Procurador Geral do Município.

DOS COMPONENTES DA ESTRUTURA

- I. Diretor de Transparência e Combate à Corrupção, nomeado pelo Prefeito e demissível "ad nutum", o qual deverá ter grau superior em qualquer área de formação pertinente às atribuições do cargo;
- II. Ouvidoria do Município;
- III. Assessor de Transparência e Combate à Corrupção, indicado pelo Diretor de Transparência e Combate à Corrupção e nomeado pelo Prefeito, sendo demissível "ad nutum" por solicitação do Diretor, o qual deverá ter grau superior em área de formação pertinente às atribuições do cargo;
- IV. Assessor Executivo com a atribuição de Auxiliar nas tarefas internas da Diretoria;
- V. Assessor de Publicações de Atos Oficiais e Alimentação do Portal da transparência.

Art. 2º Fica alterado a nomeação e a atribuição do Cargo de Ouvidor, Corregedor Geral do Município passando sua competência para o Cargo de Ouvidor Geral do Município vinculado ao Departamento de Transparência e Combate a Corrupção, e terá as seguintes atribuições:

ATRIBUIÇÕES DA OUVIDORIA

- I – receber, registrar, classificar e tratar manifestações dos cidadãos, tais como denúncias, reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informação e solicitações;
- II – analisar a admissibilidade das manifestações e encaminhá-las às unidades competentes;
- III – acompanhar a tramitação das demandas e assegurar resposta dentro dos prazos legais;
- IV – atuar como canal de interlocução entre o cidadão e a Administração Pública;
- V – mediar conflitos e buscar soluções administrativas que evitem a judicialização;
- VI – garantir o direito de acesso à informação, nos termos da legislação vigente;
- VII – sugerir melhorias nos serviços públicos a partir da análise das manifestações recebidas;
- VIII – elaborar e divulgar relatórios estatísticos e analíticos sobre as atividades da Ouvidoria;
- IX – identificar falhas, riscos, irregularidades e oportunidades de melhoria nos serviços públicos;
- X – requisitar informações às unidades administrativas para subsidiar respostas aos cidadãos;
- XI – recomendar a adoção de medidas corretivas ou preventivas;
- XII – orientar os cidadãos quanto aos seus direitos e aos canais adequados de atendimento;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PODER EXECUTIVO

- XIII – assegurar atendimento humanizado, imparcial e sigiloso;
- XIV – receber denúncias de irregularidades, preservando o sigilo da identidade do denunciante, quando solicitado;
- XV – encaminhar denúncias aos órgãos competentes, tais como controle interno, corregedoria e Ministério Público;
- XVI – manter sistema informatizado de registro e acompanhamento das manifestações;
- XVII – produzir dados e indicadores para subsidiar decisões administrativas;
- XVIII – divulgar os canais de atendimento da Ouvidoria e promover ações de educação cidadã e fortalecimento do controle social.

Art. 3º Para suportar as despesas decorrentes da criação do cargo de Ouvidor-Geral do Município, fica **extinto o cargo de Diretor Executivo de Processos e Diligências da Ouvidoria/Corregedoria e Atendimento ao Disk Denúncia SIG e E-SIG**, com vencimento de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), não havendo impacto financeiro adicional, considerando-se que os demais cargos mantêm os valores já constantes no quadro funcional.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Buritis – RO,
aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois
mil e vinte e cinco.



VALTAIR FRITZ DOS REIS

Prefeito do Município